

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA

**PAINEL DE REFERÊNCIA TÉCNICA:
EXERCÍCIO ÉTICO E LEGAL DA ENFERMAGEM NA
SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA**

**CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA
CÂMARA TÉCNICA DE ENFERMAGEM NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM
SAÚDE DE GRUPOS POPULACIONAIS EM VULNERABILIDADE –
CTEPESGPV**

**PAINEL DE REFERÊNCIA TÉCNICA
EXERCÍCIO ÉTICO E LEGAL DE ENFERMAGEM NA SAÚDE DA POPULAÇÃO
NEGRA**

ELABORAÇÃO

Anderson Reis de Sousa - 345826-ENF
Flávia Karine Leal Lacerda – 305865-ENF
Deysianne Gouveia Gomes – 507212-ENF

REVISÃO FINAL

Cássia Menaia França Carvalho Pitangueira - 390174-ENF
Davi Ionei Soares Apóstolo -196276-ENF

SALVADOR, BAHIA, BRASIL

2025

DIRETORIA E PLENÁRIO 2024-2026

MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO PLENÁRIO

DIRETORIA

Enf. Davi Ionei Soares Apostolo – Presidente
Enf. Júlio Cezar de Jesus Junior – Vice-Presidente
Enf^a. Lilian Maria Carneiro Ribeiro Silva – Primeira Secretária
Enf. Plínio de Oliveira Borges – Segundo Secretário
TE. Emília Oliveira – Primeira Tesoureira
AE. Rosangela Santana Barbosa – Segunda Tesoureira
Enf. Júlio Cezar de Jesus Junior – Delegado Regional Efetivo
Enf. Davi Ionei Soares Apostolo – Delegado Regional Suplente

DIRETORIA

CONSELHEIROS EFETIVOS QUADRO I

Enf^a. Aline Conceição Bina Cruz
Enf. Benedito Fernandes da Silva Filho
Enf^a. Carine Batista Leal de Almeida
Enf. Edy Gomes dos Santos
Enf^a. Rounivalda Silva do Amor Divino

CONSELHEIROS EFETIVOS QUADROS II E III

TE. Ana Cleia Cordeiro dos Anjos
TE. Anderson Sousa de Oliveira
TE. Cinara Ramos da Silva Pitanga
TE. Deyse Santana dos Santos
TE. Leandro Pereira dos Santos

SALVADOR, BAHIA, BRASIL

2025

CONSELHEITOS SUPLENTES QUADRO I

Enf^a. Cristiani Patricia Guimarães Stelitano de Oliveira

Enf. Jeferson Silva Ribeiro

Enf. Joankley Costa do Patrocínio

Enf^a. Laís Theodoro dos Santos

Enf^a. Lilian Tereza Barata Lima

Enf^a. Liliana Prado Pereira

Enf^a. Lizandre Lemos Pinheiro

Enf^a. Regivânia do Carmo Batista Couto

Enf^a. Vanessa Seippel Cardim Lima

Enf. Victor Marques Moura

CONSELHEIROS SUPLENTES QUADROS II E III

TE. Admilson Nascimento Santana

TE. Cirlane Moares de Jesus

TE. Denilza Mendonça Caetano

TE. Eliete da Silva Santos

TE. Fabiola Lima da Silva

TE. Jeane Conceição dos Santos

TE. Marcos Vinicius Santana de Oliveira

SALVADOR, BAHIA, BRASIL

2025



Reis de Sousa, Anderson

PAINEL DE REFERÊNCIA TÉCNICA EXERCÍCIO ÉTICO E
LEGAL DA ENFERMAGEM NA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA /
Anderson Reis de Sousa, Flávia Karine Leal Lacerda,
Deysianne Gouveia Gomes. -- Salvador, 2025.
23 f.

Orientador: Cássia Menaia França Carvalho
Pitangueira.

Coorientador: Davi Ionei Soares Apóstolo .
(Mestrado - Enfermagem) -- Universidade Federal
da Bahia, Conselho Regional de Enfermagem da Bahia,
2025.

1. Enfermagem. 2. Prática Profissional . 3.
Exercício da Enfermagem . 4. População Negra. 5.
Equidade em Saúde . I. Leal Lacerda, Flávia Karine.
II. Gouveia Gomes, Deysianne. I. França Carvalho
Pitangueira, Cássia Menaia. II. Soares Apóstolo , Davi
Ionei . III. Título.

APRESENTAÇÃO

Este guia técnico de referência está direcionado a nortear os profissionais de enfermagem as (os) gestores, trabalhadores (as) de enfermagem para o exercício ético e legal voltado à saúde, para combater o racismo e a desigualdades na população negra. Algumas políticas implementadas para diminuir as iniquidades e garantir o acesso e permanência da população negra ao trabalho digno, saúde e educação são necessárias para a garantia da equidade.

LISTA DE SIGLAS

ABADFAL – Associação Baiana de Pessoas com Doença Falciforme
ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as)
ANEN - Articulação Nacional de Enfermagem Negra
APNB - Associação de Pesquisadores (as) Negros (as) da Bahia
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
Quilombolas
FENAFAL - Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença
Falciforme
MIR – Ministério da Igualdade Racial
MNU - Movimento Negro Unificado
SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e
Comunidades Tradicionais

PAINEL DE REFERÊNCIA

ÁREA: GESTÃO			
TEMA:	ANO:	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/ ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL:	REGULAMENTAÇÃO:
Saúde da População Negra		Assunto: Categoria profissional:	Legislação:
	2009	Assunto: Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Brasil. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: MS; 2007 ¹ . <i>Link de acesso:</i> https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-negra/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf
	2007	Assunto: Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra no âmbito da SESAB. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Governo do Estado da Bahia Casa Civil. Decreto nº 10.572 de 19 de novembro de 2007. Cria o Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra no âmbito da SESAB e dá outras providências. BAHIA, 2007 ² . <i>Link de acesso:</i> https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75865/decreto-10572-07
	2014	Assunto: Programa de Combate ao Racismo Institucional. Categoria profissional:	Governo do Estado da Bahia Casa Civil. Decreto nº 10.572 de 19 de novembro de 2007. Cria o Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra no âmbito da SESAB e dá outras providências. BAHIA, 2007 ² . Link de acesso: https://governo-

		Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75865/decreto-10572-07 Bahia. Governo do Estado. Secretaria da Saúde. Programa de Combate ao Racismo Institucional. Decreto Nº. 14.720. Portaria 880/2014. Regulamenta a Assistência Religiosa nas Unidades da Rede Própria da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB. 2014 ³ . <i>Link</i> de acesso: https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Cartilha_PCRI_DGC.pdf
Atenção Integral à Doença Falciforme	2005	Assunto: Portaria nº 1.391, de 16 de Agosto de 2005. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.391, de 16 de Agosto de 2005. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, as diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias. Brasília, DF, 1978. 2005 ⁴ . <i>Link</i> de acesso: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1391_16_08_2005.html
Povos e Comunidades Tradicionais	2007	Assunto: Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007 ⁵ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm
Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana	2024	Assunto: Decreto nº 12.278, de 29 de Novembro de 2024. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem,	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 12.278, de 29 de Novembro de 2024. Institui a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana. Brasília, DF, 2012 ⁶ . <i>Link</i> de acesso:

		Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12278.htm
Educação Popular em Saúde	2013	Assunto: Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF, 2013 ⁷ . <i>Link</i> de acesso: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html
Saúde das Pessoas com Albinismo	2013	Assunto: Resolução Nº 725, de 09 de Novembro de 2023. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 725, de 09 de Novembro de 2023. Aprova a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Albinismo ⁸ . <i>Link</i> de acesso: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-725.pdf/view
Preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde	2017	Assunto: Portaria nº 344, de 1 de Fevereiro de 2017. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Portaria nº 344, de 1 de Fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Brasília, DF, 2017 ⁹ . <i>Link</i> de acesso: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html
ÁREA: ASSISTÊNCIA			
TEMA:	ANO:	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/ ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL:	REGULAMENTAÇÃO:
Equidade	2024	Assunto: Portaria nº 5.350, de 12 de Setembro de 2024.	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Altera a

		Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas (os) de Enfermagem e Enfermeiras (os).	Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede Alyne ¹⁰ . <i>Link</i> de acesso: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5350_13_09_2024.html
	2009	Assunto: Política Nacional para a População em Situação de Rua. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009 ¹¹ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
Epidemiologia	2023	Assunto: Boletim Epidemiológico Saúde da População Negra vol 1 e 2. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Brasil. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico saúde da população negra. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; 2023 ¹² . <i>Link</i> de acesso: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim-epidemiologico-saude-da-populacao-negra-numero-especial-vol-1-out.2023/view
Doenças negligenciadas	2023	Assunto: Programa Brasil Saudável - Unir para Cuidar para dispor sobre o Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente.	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 11.908, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024. Institui o Programa Brasil Saudável - Unir para Cuidar, e altera o Decreto nº 11.494, de 17 de abril de 2023, para dispor sobre o Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente - CIEDDS. 2024 ¹³ . <i>Link</i> de acesso:

		Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Decreto/D11908.htm#art8
Violência contra a mulher	2019	Assunto: Lei Maria da Penha: Ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e família. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.871, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019. Dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados. 2019 ¹⁴ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13871.htm
	2006	Assunto: Lei Maria da Penha. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, 2006 ¹⁵ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2006-2007/2006/Lei/L11340.htm

			3/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm
	2015	Assunto: Lei do Feminicídio. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. 2015 ¹⁶ . <i>Link de acesso:</i> https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm
Mortalidade materna	2005	Assunto: Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica/Ministério da Saúde—Brasília. 2005 ¹⁷ . <i>Link de acesso:</i> https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_a_abortamento.pdf
Equidade de gênero e raça	2023	Assunto: Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	PORTARIA GM/MS Nº 230, DE 7 DE MARÇO DE 2023. Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF, 2017 ¹⁸ . <i>Link de acesso:</i> https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0230_08_03_2023.html



Políticas e serviços destinados à superação das desigualdades raciais	2010	Assunto: Estatuto da Igualdade Racial. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. 2010 ¹⁹ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-762010/2010/Lei/L12288.htm
	2010	Assunto: Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Sinapir. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 8.136, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013. Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 ²⁰ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8136.htm
	2009	Assunto: Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 6.872, DE 4 DE JUNHO DE 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento ²¹ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6872.htm
Linha de cuidado na Doença Falciforme	2015	Assunto: Diretrizes para a linha de cuidado na Doença Falciforme. Categoria profissional: Auxiliares de	Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. Doença falciforme: diretrizes básicas da linha de cuidado. Secretaria de Atenção à Saúde, Brasília, 2015. 82 p ²² . <i>Link</i> de acesso:

		Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doenca_falciforme_diretrizes_basicas_linha_cuidado.pdf
ÁREA: ENSINO/EDUCAÇÃO			
ÁREA:	ANO:	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE/ ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL:	REGULAMENTAÇÃO:
Educação quilombola	2024	Assunto: Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Portaria Nº 470, DE 14 DE MAIO DE 2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ. Brasília, DF, 2024²³. <i>Link de acesso:</i> https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024-559544343
Políticas de permanência estudantil	2024	Assunto: Programa Nacional de Apoio à Permanência, Diversidade e Visibilidade para Discentes na Área da Saúde - AFIRMASUS Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Portaria GM/MS Nº 5.803, DE 28 DE novembro DE 2024. Instituir o Programa Nacional de Apoio a Permanência, Diversidade e Visibilidade para Discentes na Área da Saúde - AFIRMASUS. Brasília, DF, 2024²⁴. <i>Link de acesso:</i> https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-5.803-de-28-de-novembro-de-2024-598843471
	2024	Assunto: Institui a Política Nacional de Assistência	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024 Institui a Política Nacional de Assistência

		Estudantil (PNAES). Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Estudantil (PNAES). Brasília, DF, 2024²⁵. <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm
Equidade	2023	Assunto: Programa Federal de Ações Afirmativas. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 11.785, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. Brasília, DF, 2024²⁶. <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11785.htm
Políticas educacionais e equidade	2023	Assunto: Programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem,	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 14.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, 2023²⁷. <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm

		Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	
Equidade	2023	Assunto: Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. RESOLUÇÃO Nº 457, DE 27 DE ABRIL DE 2022. Dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura e 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional, respectivamente. Brasília, DF, 2022²⁸. <i>Link</i> de acesso: https://atos.cnj.jus.br/files/original160200202205026270007840766.pdf
	2012	Assunto: Ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012²⁹. <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
	2010	Assunto: Criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.289, DE 20 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da

		e dá outras providências. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências ³⁰ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm
Políticas educacionais e equidade	1996	Assunto: Diretrizes e Bases da Educação Nacional Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996 ³¹ . <i>Link</i> de acesso: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
	2004	Assunto: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Categoria profissional: Auxiliares de Enfermagem, Técnicas(os) de Enfermagem e Enfermeiras(os).	Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004 ³² . <i>Link</i> de acesso: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf

ORIENTAÇÕES PARA O CUIDADO ÀS PESSOAS NEGRAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE:

1. Reconhecer o perfil epidemiológico como negra é marcado por traços específicos que transcendem a sua determinação biológica (Gomes, 2003);
2. Ouvir a população negra durante as consulta e assistência de enfermagem;
3. Identificar as doenças prevalentes na saúde da população negra (doença falciforme, hipertensão arterial, *diabetes mellitus*, câncer e miomas, coronariopatias,

insuficiência renal crônica) e as linhas de cuidado, protocolos ministeriais e institucionais para a assistência (Lima *et al.*, 2022);

4. Condições fisiológicas alteradas por condições socioeconômicas (crescimento, desenvolvimento, gravidez e parto);
5. Prestar atendimento por meio de uma estrutura de justiça reprodutiva;
6. Compreender que as vulnerabilidades sociais são determinantes de saúde (desnutrição, doenças relacionadas ao trabalho, transtornos mentais resultantes da exposição ao racismo etc.);
7. Reconhecer o corpo como uma linguagem cultural e ancestral que deve ser valorizado e respeitado durante o cuidado;
8. O cabelo exibe a importância como símbolo indenitário e um dos caminhos para compreender a identidade negra em nossa sociedade;
9. Evitar orientar a retirada de cabelos (tranças, *dreadlocks*, etc.) para procedimentos, com exceção as regiões neurocranianas;
10. Separar as práticas de cuidado das crenças racistas na medicina moderna;
11. Substituir a supremacia branca e o patriarcado por um novo modelo de cuidado;
12. Reconhecer que acesso não é sinônimo de atendimento de qualidade;
23. Utilizar protocolos ministeriais e institucionais para o cuidado à pele negra e lesões ocasionadas por doenças prevalentes, tais como o carcinoma, úlceras de perna secundárias à doença falciforme, pé diabético, úlcera arterial, úlcera venosa.

PESQUISA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Nome do órgão/entidade:	Contato:
Ministério da Igualdade Racial (MIR).	Tel: (61) 2027-3475 gab.se@igualdaderacial.gov.br
Fundação Cultural Palmares.	https://falabr.cgu.gov.br/web/home?modoOuvidoria=1&ouvidorial Interna=false Tel: (61) 3328-0892
Comissão Transcultural COFEN.	https://www.cofen.gov.br/decisao-cofen-no-62-2021/
Área Técnica de Saúde da População Negra.	Tel: (71) 3115-4203 dgc.cpes@saude.ba.gov.br
Movimento Negro Unificado (MNU).	https://mnu.org.br/contato/
Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme	secretaria.fenafal@gmail.com zenopresidencia@gmail.com
Coordenação Nacional de articulação das comunidades negras rurais quilombolas COAQ.	http://conaq.org.br/ conaqadm@gmail.com (61) 9 9175-8299
Associação Brasileira de Pesquisadores Negros ABPN.	secretaria@abpn.org.br
Articulação Enfermagem Negra – ANEN.	articulacaoenfermagemnegra@gmail.com



Associação Baiana das Pessoas com Doença Falciforme -ABADFAL.	abadfal@gmail.com
Associação de Pesquisadorxs Negrxs da Bahia.	abpn2008@gmail.com <i>Instagram: @apnb</i>
SEPROMI - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos povos e comunidades tradicionais.	https://www.ba.gov.br/sepromi/fale-conosco Tel: (71)3117-1553/3117-7448 cdcn@sepromi.ba.gov.br cr.racismo@sepromi.ba.gov.br
Câmara Técnica de Enfermagem na Promoção da Equidade em Saúde de Grupos Populacionais em Vulnerabilidade – COREN – BA.	Abertura de manifestação na Ouvidoria COREN- BA: https://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-ba/
Rede de Mulheres Negras da Bahia.	https://redemulheresnegrasdabahi.com.br/ redemn.ba@gmail.com

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: MS; 2007¹.
[cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-negra/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf
2. Governo do Estado da Bahia Casa Civil. Decreto nº 10.572 de 19 de novembro de 2007. Cria o Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Negra no âmbito da SESAB e dá outras providências. BAHIA, 2007². [cited 2025 Jan 25] Available from:
<https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75865/decreto-10572-07>
3. Bahia. Governo do Estado. Secretaria da Saúde. Programa de Combate ao Racismo Institucional. Decreto Nº. 14.720. Portaria 880/2014. Regulamenta a Assistência Religiosa nas Unidades da Rede Própria da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB. 2014. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Cartilha_PCRI_DGC.pdf
4. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.391, de 16 de Agosto de 2005. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde, as diretrizes para a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias. Brasília, DF, 1978. 2005. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1391_16_08_2005.html
5. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm
6. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 12.278, de 29 de Novembro de 2024. Institui a Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro e de Matriz Africana. Brasília, DF, 2012. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12278.htm
7. Portaria nº 2.761, de 19 de Novembro de 2013. Institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Brasília, DF, 2013. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html
8. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 725, de 09 de Novembro de 2023. Aprova a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Albinismo⁸. [cited 2025 Jan 25] Available from:

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-725.pdf/view>

9. Portaria nº 344, de 1 de Fevereiro de 2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Brasília, DF, 2017. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html

10. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede Alyne. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5350_13_09_2024.html

11. Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 2009. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

12. Brasil. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico saúde da população negra. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente; 2023. [cited 2025 Jan 25] Available from: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2023/boletim-epidemiologico-saude-da-populacao-negra-numero-especial-vol-1-out.2023/view>

13. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 11.908, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024. Institui o Programa Brasil Saudável - Unir para Cuidar, e altera o Decreto nº 11.494, de 17 de abril de 2023, para dispor sobre o Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente - CIEDDS. 2024. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Decreto/D11908.htm#art8

14. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.871, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019. Dispõe sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados. 2019. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13871.htm

15. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de

Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, 2006. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm

16. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. 2015. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm

17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica/Ministério da Saúde— Brasília. 2005. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf

18. PORTARIA GM/MS Nº 230, DE 7 DE MARÇO DE 2023. Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF, 2017. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0230_08_03_2023.html

19. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. 2010. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm

20. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 8.136, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013. Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Sinapir, instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8136.htm

21. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 6.872, DE 4 DE JUNHO DE 2009. Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR, e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento. [cited 2025 Jan 25] Available from: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6872.htm

22. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. Doença falciforme: diretrizes básicas da linha

de cuidado. Secretaria de Atenção à Saúde, Brasília, 2015. 82 p. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doenca_falciforme_diretrizes_basicas_linha_cuidado.pdf

23. Portaria Nº 470, DE 14 DE MAIO DE 2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ. Brasília, DF, 2024.

. [cited 2025 Jan 25] Available from:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024-559544343>

24. Portaria GM/MS Nº 5.803, DE 28 DE novembro DE 2024. Instituir o Programa Nacional de Apoio a Permanência, Diversidade e Visibilidade para Discentes na Área da Saúde - AFIRMASUS. Brasília, DF, 2024. [cited 2025 Jan 25] Available from:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-5.803-de-28-de-novembro-de-2024-598843471>

25. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024 Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF, 2024. [cited 2025 Jan 25] Available from:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14914.htm

26. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 11.785, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. Brasília, DF, 2024. [cited 2025 Jan 25] Available from:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11785.htm

27. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 11.785, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023. Institui o Programa Federal de Ações Afirmativas. Brasília, DF, 2024. [cited 2025 Jan 25] Available from:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11785.htm

28. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 14.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, 2023. [cited 2025 Jan 25] Available from:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm

29. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso

nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm30.

30. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 12.289, DE 20 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12289.htm

31. Presidência da República Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

32. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004. [cited 2025 Jan 25] Available from:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf